XI EDICIC Ibérico
FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
OPORTUNIDADES E DESAFIOS
10, 11 e 12 de novembro de 2025
POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE BIBLIOTECONOMIA DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

Samantha Andrade da Rosa, Ibict, https://orcid.org/0000-0002-2384-3655, Brasil, samantha.rosa07@gmail.com

Victor SoaresRosa, Ibict, https://orcid.org/0000-0002-8387-4410, Brasil, victor.soares.rosa@gmail.com

Luciane de F. B. Cavalcante, Ibict, https://orcid.org/0000-0002-3314-003X, Brasil, luciane.cavalcante@ibict.br

Eixo: Gênero, Pós colonialismo e Multiculturalidade

1 Introdução

A Ciência da informação e a Biblioteconomia vêm se debruçando em estudos dos fenômenos dessas áreas sob a perspectiva do enfrentamento à violência contra grupos sociais historicamente oprimidos e inferiorizados, tais como mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Verifica-se isso em pesquisas como as de Cavalcante (2022) e Côrtes, Alves e Silva (2015). No âmbito das bibliotecas, seus serviços e seus produtos, por seu turno, encontra-se, igualmente, ações pontuais realizadas por pessoas bibliotecárias destinadas ao ensino e à conscientização dos usuários no que toca a tal objetivo, repita-se: enfrentar essas mesmas formas de violência (Cavalcante, 2023). Sublinha-se, outrossim, que a violência causada a esses grupos sociais, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, está circunscrita no domínio da violência baseada no gênero (VBG), isto é, qualquer ação ou comportamento que cause dano físico, psicológico, sexual, patrimonial ou moral a uma pessoa em função de seu gênero ou de sua orientação sexual.

Neste estudo, por sua vez, pretende-se discutir a responsabilidade social do bibliotecário diante desse cenário no qual a violência baseada no gênero é uma realidade e produz efeitos significativos no tecido social. Ainda, busca-se identificar ações nesse mérito, o combate a tais formas de violência, oriundas dos órgãos de classe profissionais da área da Biblioteconomia, notadamente os conselhos regionais de Biblioteconomia (CRB) da região sudeste do Brasil, a saber: CRB-6, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; CRB-7, do estado do Rio de Janeiro; e CRB-8, do estado de São Paulo. Realiza-se uma busca nos sítios eletrônicos e nos perfis da rede social Instagram desses órgãos selecionados de postagens e/ou eventos promovidos que tenham como tema o enfrentamento à violência contra a mulher e pessoas LGBTQIAPN+.

Desta feita, no plano metodológico, esta pesquisa é qualitativa, descritiva e documental. O material coletado nos sítios e nas redes sociais consiste, evidentemente, em fontes primárias. No que toca à técnica de análise, utiliza-se a análise de conteúdo categorial, também denominada análise de conteúdo temática, a qual permite categorizar os dados obtidos. No plano teórico-conceitual, por seu turno, opera-se com as categorias de mediação da informação e de responsabilidade social

bibliotecária, não obstante com os estudos e a legislação sobre gênero e violência baseada em gênero.

Justifica-se a relevância de tal investigação na medida em que a violência contra tais grupos é uma realidade concreta no tecido social brasileiro. De acordo com os dados apresentados pela décima edição da Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher do Senado Federal e do Observatório da Violência Contra a Mulher (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2023), 30% das mulheres brasileiras relatam já ter sofrido violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Desse número, 76% sofreram violência física (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2023). Não obstante, as taxas de feminicídio são alarmantes: em 2023, a cada seis horas um caso foi registrado. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou, em 2023, 1.463 casos de feminicídio, com aumento em relação ao ano anterior (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Pela via das comunidades LGBTQIAPN+, o Grupo Gay da Bahia, que anualmente produz um relatório com tais informações, indica que o Brasil é o país que mais mata homossexuais, travestis e pessoas trans no mundo, por homicídio ou por fazer com que tirem as suas próprias vidas (Mott; Domingos; Reis, 2023). Evidentemente, esse cenário se mostra triste e preocupante.

Este texto, por fim, além desta Introdução, está estruturado em outras quatro seções principais, a saber: no Referencial teórico, apresenta-se duas seções secundárias. A primeira trata da responsabilidade social, da ética profissional bibliotecária e dos instrumentos normativos do campo biblioteconômico no Brasil, por exemplo o juramento do bibliotecário e o código de ética do profissional. Temas como compromisso social, igualdade e bem público atravessam esse debate. Na segunda, por seu turno, aborda-se como tema central a mediação da informação. Interessa, notadamente, circunscrever a mediação como um processo e uma ação pelas quais se pode disseminar informações sobre o fenômeno da violência baseada no gênero, além de direcionar para a importância da promoção da apropriação da informação sobre esse fenômeno pelos sujeitos do tecido social. Tal informação sobre VBG, que se quer disseminada e apropriada, pode ser conformada como uma informação do tipo social, isto é, que trata de um evento urgente da sociedade e é relevante para o desenvolvimento pessoal, social e político de grupos sociais e de localidades. Em seguida, na seção de Procedimentos metodológicos, esta pesquisa é classificada em relação aos seus tipos - ela é qualitativa, descritiva e documental - e às suas técnicas - apropria-se da análise de conteúdo categorial e/ou temática. Na sequência, apresenta-se os resultados da busca nos sítios eletrônicos e nas redes sociais dos conselhos regionais de Biblioteconomia eleitos como campo empírico de análise na seção Resultados finais. Encerra-se com as Considerações finais.

2 Referencial teórico

Inicialmente, parte-se das funções e responsabilidades sociais demonstradas pela Biblioteconomia. A partir de Mostafa (1985), sublinha-se que a Biblioteconomia deve consistir em prática social e, portanto, em prática educativa. Dessa forma, o bibliotecário, mais do que ser um profissional com competência técnica, deve atuar como um difusor crítico de informações cuja atuação política é orientada às necessidades dos usuários, sem assumir nessa atuação postura de neutralidade científica, tampouco atitude classista. Nesse sentido, pode-se considerar a prática da mediação da informação uma prática social bibliotecária, inclusive uma ação educativa. Tem-se em vista os objetivos potenciais da mediação da informação de conscientizar os sujeitos sobre os fenômenos sociais que circundam o seu entorno, como a violência. Ainda, em que pese as necessidades concretas dos usuários, no âmbito do atendimento à pessoa que passa por uma situação de violência baseada no gênero, o bibliotecário realiza essa ponte entre a necessidade de informação da pessoa agredida e os recursos informacionais que podem

orientá-la em uma atuação que é, evidentemente, humana, solidária e, além disso, política.

O social das práticas biblioteconômica e informacional, não obstante, aparece na defesa da informação social de Cardoso (1994), na Biblioteconomia Social advogada na contemporaneidade (Lindemann; Spudeit; Corrêa, 2016), na responsabilidade social bibliotecária de Moraes (2021) e na responsabilidade social da informação de Girard, Fernandes, Santana, Cruz e Martins (2023). Em síntese, tais correntes buscam destacar a função social de um campo, de um conceito e de uma profissão pela via de sua atenção às demandas sociais do coletivo e das situações adversas que afetam a sociedade.

2.1 Responsabilidade social, ética bibliotecária e atuação dos conselhos profissionais na Biblioteconomia

Comumente associada à área da Administração, a responsabilidade social ganha relevância na segunda metade do século XX, a partir das divulgações das ações de filantropia das empresas pelo marketing social, com o objetivo de eliminar impostos (Santos; Targino; Freire, 2017). Nota-se, no entanto, que além dessa perspectiva mercadológica de responsabilidade, como elemento de diminuição de impostos sobre empresas, outra perspectiva emerge. Trata-se da responsabilidade social como uma condição das instituições sociais e dos seus agentes sociais diante das necessidades básicas da sociedade. Tem-se, assim, por exemplo, estudos que abordam o papel, a responsabilidade ou o compromisso da escola (Costella, 2012; Santos; Macedo, 2022), do professor (Costa Júnior; Oliveira; Sousa; Santos; Silva; Gomes; Torres Júnior; Amorim, 2023; Severino, 2011) ou da educação (Freire, 2017; Freire, 2018). Tais ideias de papel, responsabilidade ou compromisso emergem, igualmente, em outros campos do saber, como a Saúde.

A ideia de responsabilidade social, ademais, tem origem no conceito filosófico de responsabilidade, como afirma Moraes (2021) em trabalho sobre a responsabilidade social na Biblioteconomia, mas tal origem costuma ser pouco abordada na área. Ainda segundo a autora, as primeiras discussões sobre responsabilidade social na Biblioteconomia remontam ao final do século XIX e início do século XX, a partir dos esforços da American Library Association (ALA) para compreender o papel das bibliotecas na sociedade estadunidense da época, o que evidencia a preocupação não apenas com o acervo ou com o espaço das bibliotecas, mas com como os serviços e a atuação dos bibliotecários podem contribuir com o desenvolvimento da sociedade (Moraes, 2021).

Milani, Tognoli e Moraes (2023, pp. 8-9) indicam que, no plano da responsabilidade social bibliotecária, esse tema "[...] está relacionado com a resolução de problemas da sociedade a partir dos serviços e produtos ofertados pelas bibliotecas às comunidades de usuários, incluindo os cuidados com os acervos e sua gestão, relações interpessoais no trabalho e questões ambientais [...]". As autoras, não obstante, apropriam-se de um documento da ALA que apresenta os valores essenciais da Biblioteconomia na visão dessa instituição. Nessas diretrizes, em relação ao cenário dos Estados Unidos, dois valores centrais são, precisamente, a igualdade (*equity*, no original) e o bem público (*public good*, no original), ou bem comum em outra possível tradução (American Library Association, 2019). Cabe ao campo, à profissão e à biblioteca, conforme a ALA (2019) desenvolver uma consciência, não obstante ações práticas, para diminuir e erradicar barreiras, além de construir um espaço e uma atuação seguras e acolhedoras que beneficiem a todas as pessoas, sem distinções. Ainda, deve-se considerar a importância da biblioteca no fortalecimento da democracia e a sua contribuição na melhoria da sociedade (American Library Association, 2019).

Atualmente, os estudos sobre responsabilidade social continuam buscando pensar o papel da Biblioteconomia e da Ciência da Informação na promoção da democracia, no combate à desinformação e no enfrentamento à violência. Um exemplo é a Biblioteconomia

Social proposta por Lindemann, Spudeit, Corrêa (2016). Surgida das inquietações das autoras a respeito da importância da Biblioteconomia para a sociedade diante da cultura digital e das transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, a Biblioteconomia Social é uma proposta de atuação que vai além das paredes e dos muros das bibliotecas, de forma a disponibilizar a informação a todos, sem exceção. Valendo-se, ainda, da afirmação de Civallero (2013, p. 157, tradução nossa), de que "A Biblioteconomia progressista pode ser definida como uma corrente de pensamento e uma ação que reivindica uma Biblioteconomia crítica e comprometida socialmente, tanto na teoria como na prática", cabe considerar efetivamente o compromisso social biblioteconômico em uma sociedade desigual que impõe inúmeras adversidades aos sujeitos, não obstante as violências perpetradas.

A responsabilidade e o compromisso social da Biblioteconomia podem ser materializados em diferentes eixos de reflexão e, sobretudo, de ação.

> A Biblioteconomia pode ser estabelecida como disciplina social a partir de vários aspectos entre os quais é salutar a ênfase: 1) estímulo ao livre acesso, democratização e partilha da informação (construção sócio epistemológica da informação); 2) foco nos sujeitos da informação; 3) mediação da informação agregada à mediação da leitura e mediação cultural; 4) políticas de informação (políticas públicas e privadas de informação; programas, projetos, eventos, cursos vinculados e compreendidos como ações de informação); 5) proposição / criação / elaboração / execução de serviços e produtos de informação; 6) criação, dinamização e uso das tecnologias nas práticas informacionais de cunho educacional, cultural, ambiental etc. (Silva, 2018, p. 35).

A partir dos destaques de Silva (2018), evidencia-se a possibilidade de articulação entre a práxis bibliotecária e o enfrentamento à violência baseada no gênero em diferentes eixos. Trata-se de uma atuação que pode, por um lado, comunicar os dados concernentes à violência contra a mulher e à violência contra pessoas LGBTQIAPN+ - afinal, é fundamental que os cidadãos conheçam esses números atualizados e possam refletir sobre eles. Por outro lado, haja vista o tópico das políticas de informação, é possível considerar como ações concretas realizadas por bibliotecários: o desenvolvimento de políticas institucionais com o foco do enfrentamento à violência; 2) o desenvolvimento de programas e cursos destinados aos usuários de informação, reais e potenciais, também no plano dessa reflexão. Ainda, a atividade de mediação resvala numa ação central que pode auxiliar nessa proposta de educação e conscientização operada por uma biblioteca.

Tais temas - responsabilidade, compromisso, atuação social ou função social - e atitudes tocam sobremaneira num debate que concerne à ética profissional e às boas práticas. No que tange ao bibliotecário, especificamente, o Código de Ética e Deontologia indica que se trata de profissional de natureza sociocultural que tem a informação como objeto de trabalho e cujas características principais estão na "[...] prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos [...]" (Resolução…, 2018, [p. 1]). Nessa linha, considera-se fundamental ter uma visão ampliada desse escopo de atuação no âmbito da prestação de serviços de informação à sociedade. Entende-se que o bibliotecário deve, conforme os seus deveres para com os usuários, "[...] aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, salvo por relevante motivo [...]" (Resolução…, 2018, [p. 3]). Indica-se, no entanto, que o seu exercício profissional deve, sempre que possível (afinal é imprescindível considerar que a atuação do bibliotecário pode ser atravessada por diversos fatores burocráticos, administrativos, políticos,

entre outros), levar em conta as questões críticas da sociedade em um modo mais amplo. Os seus deveres profissionais, igualmente, permitem essa preocupação, afinal cabe ao bibliotecário "[...] contribuir para o desenvolvimento da sociedade e respeitar os princípios legais que regem o país [...]" e, ainda, preservar o cunho humanista de sua profissão, fundamentado na dignidade da pessoa humana (Resolução…, 2018, [p. 2])".

Para Girard, Fernandes, Santana, Cruz e Martins (2023) a responsabilidade social da informação localiza-se na interseção entre responsabilidade social e informação e opera em três perspectivas: da Biblioteconomia, das bibliotecas e dos bibliotecários. Os Conselhos Regionais atuariam, através do trabalho das comissões, em duas dessas perspectivas, a da Biblioteconomia e do bibliotecário.

Nesse sentido, é relevante buscar as ações realizadas pelos órgãos de classe uma vez que conduzem o fazer profissional bem como repercutem as preocupações da categoria profissional. Sublinha-se, mais uma vez, que, não obstante se tratar de um dever seu, o bibliotecário também tem como juramento a promessa de "[...] tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de Bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana [...]" (Resolução…., 1966, [p. 1]). Concorda-se aqui que a violência retira toda a dignidade da pessoa agredida. Trata-se de uma situação que mancha a sociedade e que se quer erradicar. Esse tema, aliás, compõe as metas de diferentes objetivos para o desenvolvimento sustentável arrolados pela Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo, as metas do quinto objetivo "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas" (Nações Unidas Brasil, 2025?a, não paginado) e do décimo sexto "Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis" (Nações Unidas Brasil, 2025?b, não paginado).

A responsabilidade social, no âmbito da Ciência da Informação, consiste, então, nessa intersecção entre informação, acesso, uso e ação, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos (Targino; Santana; Garcia; Souza, 2019). Pensando-se, pois, nesta função social que circunscreve o campo, a informação e a profissão e, considerando-se o papel fundamental dos CRBs no desenvolvimento da profissão, empreende-se a procura por essa mediação da informação nos sítios eletrônicos e no Instagram. Ressalta-se, nessa linha, a afirmação notável de Lindemann, Spudeit e Corrêa (2016, p. 709) de que "[...] a responsabilidade social na Biblioteconomia deixa de ser centrada na organização do acervo para dar subsídios, cada vez mais, dos processos de mediação da informação [...]". Por isso, tendo em vista a discussão elaborada sobre o social do campo, sobre a responsabilidade social bibliotecária e sobre os deveres em Biblioteconomia, discorre-se sobre o processo e a ação de mediação da informação no tópico a seguir.

2.2 Mediação da informação no domínio do ético, do formativo e do político para o enfrentamento a violência baseada no gênero

A responsabilidade social bibliotecária pode ser materializada em algumas práticas, quais sejam: 1) nos serviços e produtos oferecidos por bibliotecas, independentemente do seu tipo; 2) nas políticas informacionais - inclui-se aqui as normas que regem a atuação profissional e os espaços e que determinam a oferta de serviços, bem como os programas diversos das unidades de informação (programas de competência em informação ou de mediação da informação, por exemplo); e 3) na atuação profissional de modo concreto - no serviço de referência, no diálogo com os usuários reais ou potenciais. No que toca à tal discussão, empreende-se um debate que versa, fundamentalmente, sobre a mediação da informação.

Esta consiste, conforme a definição de Almeida Júnior (2009, p. 92), em

> toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou

> inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

O autor reformula essa definição em 2015. As modificações que opera consistem no reconhecimento de que a mediação é uma ação de interferência "[...] realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais [...]" (Almeida Júnior, 2015, p. 25). Outro acréscimo é realizado na medida em que a satisfação da necessidade informacional não precisa ser plena, tampouco se encerra em si própria. Essa satisfação, conforme Almeida Júnior (2015, p. 25), pode ser parcial e ocorrer de maneira momentânea "[...] gerando conflitos e novas necessidades informacionais [...]". Dessa definição, ressalta-se os seguintes elementos-chave: 1) a mediação é ação e processo; 2) ela é ação de um profissional da informação no contexto de atuação em equipamentos informacionais (e considera-se neste texto que essa perspectiva de equipamento informacional deve ser apreciada em sentido amplo); 3) ela pode ser indireta e até mesmo inconsciente, não obstante plural e/ou coletiva; 4) ela visa a apropriação da informação, isto é, a construção e a internalização de um saber informacional; visa o ato de se apoderar de uma informação, de torná-la propriamente sua; e 5) a satisfação de uma necessidade informacional pode ser momentânea, mas, de modo mais notável e relevante, deve produzir conflitos e novas necessidades informacionais.

Nesse quadro interpretativo a partir da definição de Almeida Júnior (2009; 2015), sublinha-se os contextos da mediação. Situa-se aqui, conforme o autor, que se trata de uma ação de interferência no domínio de qualquer necessidade de informação de um indivíduo. Ainda, nota-se que a mediação da informação pode corresponder a necessidades sociais urgentes. Há no conceito de mediação esse espaço para considerá-la uma forma de atuação entre uma demanda social e a própria sociedade interessada na resolução dessa demanda.

Gomes, portanto, é substancial nesse debate haja vista as suas contribuições que situam dimensões da mediação da informação, quais sejam: dialógica, estética, formativa, ética e política (Gomes, 2020; 2021; Fidelis; Gomes, 2022). A autora, ainda, mobiliza nesses e em outros textos (Gomes, 2019; 2022; 2023) a categoria protagonismo social. Trata-se, para a autora, do objetivo do trabalho informacional e, para atingi-lo, tem a mediação da informação como ação central. Nessa linha, cabe dialogar com tais perspectivas para conformar o tipo de mediação da informação que se almeja aqui, que pretende somar ao enfrentamento da violência contra a mulher e da violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

A autora defende que a ação mediadora tem maior efetividade quando é consciente, além de, dessa forma, assegurar o processo de problematização e a tomada de consciência (Gomes, 2020). Concorda-se com tal afirmação de que a mediação consciente pode produzir efeitos mais significativos no seu público almejado, haja vista se tratar de uma mediação intencional e, acredita-se, planejada. Os elementos de problematização e conscientização, ademais, são relevantes a uma mediação que visa o combate das formas de violência.

> Na medida em que a problematização e o debate são intensificados no encontro com novas informações, que permitem o contraditório e a reflexão que engendra ressignificações ou novas interpretações, a ação mediadora estará favorecendo as condições de superação dos conflitos cognitivos e de consolidação da apropriação da informação.
>
> Pode-se afirmar que na experiência do encontro com uma informação nova, com um conhecimento novo colocado em compartilhamento, o sujeito vive um momento de conflito cognitivo que, na mediação, deve ser trabalhado para o adensamento do debate. Se por um lado esse tensionamento gera desconforto, por outro ele pode representar a oportunidade de redimensionamento

> do arcabouço de conhecimentos e saberes dos sujeitos, situação em que ocorre a apropriação da nova informação. (Gomes, 2020, p. 16).

Tal situação é característica da dimensão formativa da mediação da informação considerada por Gomes (2020). Com efeito, cabe refletir sobre essa intencionalidade da ação de mediação de levar os sujeitos à construção e apropriação de uma nova informação. Reafirma-se, por isso, o papel da ação mediadora biblioteconômica de somar às lutas já encampadas por organizações civis, organizações sociais, instituições públicas e políticas públicas. Tem-se em mente que esse redimensionamento do arcabouço de conhecimentos e saberes dos indivíduos os leva a chave já esboçada por Gomes da tomada de consciência. Em perspectiva freiriana é notável compreender tal categoria. Freire (2018) considera a conscientização como o processo de tomada de consciência. Nessa linha, há possibilidades de passagens da consciência, quais sejam, de uma consciência intransitiva para uma consciência transitiva-ingênua para uma consciência transitiva-crítica (Freire, 2018), que, evidentemente, é a objetivada por uma ação mediadora consciente. Trata-se, a bem da verdade, de um aspecto formativo notável e, conforme Gomes, calcado na dialogia.

Se há formação na mediação, há também ética e política, categorias que também circunscrevem tal ação. Indica-se, além do mais, que na perspectiva de Gomes (2020; 2021), as dimensões da mediação da informação se complementam, isto é, não atuam de modo isolado sobre o processo, a ação e o agente mediador. A autora, contudo, reconhece a dimensão ética como o eixo articulador das demais dimensões (Gomes, 2021).

No tocante à dimensão ética, Gomes (2020, p. 17) posiciona a mediação na "[...] valorização do coletivo, dos interesses do coletivo, dos valores e princípios inclusivos e de justiça social [...]". Nesse plano, retoma-se o diálogo da mediação com a responsabilidade social e os deveres do bibliotecário. Reforça-se, uma vez mais, o notável contributo da ação mediadora ao enfrentamento a violência baseada no gênero. Combater a violência contra a mulher e contra pessoas LGBTQIAPN+ é ação central de valorização de um interesse social, portanto coletivo - afinal, ninguém deseja viver em uma sociedade que tem qualquer forma de violência como sua marca -; bem como é ação central na busca por princípios fraternos e por justiça social. Pela dimensão política, por seu turno, a mediação alcança o autoconhecimento, pelas pessoas, da sua condição de sujeitos políticos. Ainda, o alcance da dimensão política proporciona aos indivíduos as condições para a tomada de consciência, situação fundamental conforme a exposição aqui elaborada, e, ainda, fortalece o protagonismo social (Gomes, 2020; 2021).

Protagonismo social é outra categoria mobilizada por Gomes, bem como a noção de comum. Ambas resvalam na responsabilidade da ação mediadora consciente que visa a conscientização sobre a violência baseada no gênero. O comum, segundo Gomes (2023), consiste em uma forma de resistência. Trata-se de uma perspectiva que visa os interesses coletivos em um mundo marcado por desigualdade, por violência, pela catástrofe climática, entre outros fenômenos. De acordo a autora, "A perspectiva dos comuns implica na construção e no fortalecimento de políticas e normas, capazes de instaurar um colocar em comum orientado à equidade e justiça social [...]" (Gomes, 2023, p. 231). Nessa linha, Gomes (2023) defende a existência dos comuns do conhecimento e da informação, essencialmente, os interesses coletivos que são produtos do campo e que podem, por isso, operar em favor dos comuns tradicionais. Mais importante, é fundamental reconhecer que a informação e o conhecimento também são comuns, isto é, que devem ser de interesse de todas as pessoas e que desempenham, por extensão, função essencial na luta por uma sociedade marcada pela equidade e pela justiça social.

A compreensão da mediação da informação nesse escopo permite delinear as formas de seu desenvolvimento no plano do enfrentamento à violência contra a mulher e contra pessoas LGBTQIAPN+. Estudos nessa

linha estão sendo realizados. Verifica-se, por exemplo, Côrtes, Alves e Silva (2015) que articulam os dois fenômenos ao criarem um banco de dados no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes e ao disseminarem esses dados quantitativos às mulheres que passaram por violência doméstica, algo que potencializa a resistência dessas mulheres. No plano do combate a violência contra travestis e transexuais, Côrtes, Silva, Silva e Soares (2017) consideram a mediação na organização, disseminação e acesso aos dados quantitativos sobre violência contra essas pessoas no Centro Estadual de Referência de Direitos LGBT e Combate à Homofobia da Paraíba. Cavalcante (2022), em outro cenário, analisa o potencial mediador de uma exposição artística que conta histórias de mulheres que passaram por situação de violência, a exposição Retratos Relatos. Cavalcante (2023), por seu turno, indica a biblioteca como um espaço de desenvolvimento de ações de mediação que visam o combate à violência. Na visão da autora, inclusive, isso evidencia a função social desse espaço e também rompe com o estigma tecnicista do campo (Cavalcante, 2023), o que, retomando Mostafa (1985) reafirma a Biblioteconomia como prática social.

Algumas ações, no plano do enfrentamento a violência contra a mulher, são

> [...] palestras, rodas de conversa com grupo de mulheres, elaboração de material informativo em linguagem acessível, disponível tanto em meio impresso quanto digital, desenvolvimento de programas informacionais e culturais de acolhimento às mulheres em colaboração com outros profissionais tais como psicólogos, assistentes sociais e advogados, ações culturais e lúdicas que impulsionem o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo sobre a construção social das mulheres. (Cavalcante, 2023, não paginado).

Essas ações podem ser fortalecidas com o apoio dos órgãos de classe. Os conselhos profissionais, evidentemente, consistem em um celeiro de ideias nesse sentido, seja recomendando que as bibliotecas produzam políticas e programas para o enfrentamento a violência baseada no gênero, seja divulgando as boas práticas realizadas por bibliotecas e bibliotecários.

3 Procedimentos Metodológicos

Esta investigação se caracteriza como descritiva e tem natureza qualitativa. Pesquisas qualitativas, conforme esclarece Minayo (2016, p. 20), se preocupam "[...] com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...]". Assim, é fundamental circunscrever este estudo nesse campo de preocupações, sobretudo com valores e atitudes. Ressalta-se que a investigação aqui esboçada almeja a identificação de uma atitude bibliotecária diante de um cenário social de violência baseada em gênero. Ainda, compreende-se essa atitude como a materialização de valores profissionais e pessoas, naturalmente, os quais são marcados pelos elementos da responsabilidade, do compromisso e da ética.

A pesquisa qualitativa, explicam Deslauriers e Kérisit (2014, p. 130), pode buscar descrever situações sociais: "[...] Uma pesquisa descritiva colocará a questão dos mecanismos e dos atores (o 'como' e o 'o quê' dos fenômenos); por meio da precisão de detalhes [...]". Esta investigação está preocupada com o "o quê", por isso se caracteriza como descritiva. Esse o quê é a atuação concreta dos conselhos regionais de Biblioteconomia do sudeste brasileiro diante do fenômeno violência baseada no gênero, aqui circunscrito pela violência contra a mulher e violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Precisamente por isso o objetivo que norteia esta reflexão é identificar as publicações desses órgãos em seus sítios eletrônicos e redes sociais.

Tendo em vista que o campo empírico de análise consiste nestes dois produtos em linha - repita-se: sítios eletrônicos e a rede social Instagram dos CRBs - essa pesquisa também se classifica como documental. Segundo Oliveira

(2016), a pesquisa documental se caracteriza pela operação com um tipo de material que não recebeu nenhum tratamento científico como relatórios, reportagens de jornais, cartas, filmes, matérias de divulgação, entre outros. Assim, publicações em sítios eletrônicos e em redes sociais consistem, notadamente, em documentos desse tipo. Reafirma-se que não foram produzidos com a finalidade de receber tratamento científico e que possuem outra característica fundamental da documentação que compõe uma pesquisa do tipo documental, a saber: são fontes primárias, isto é, apresentam dados originais, o que provoca uma relação direta do pesquisador com o dado analisado.

Foram analisados os sítios eletrônicos e os perfis da rede social Instagram dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia supracitados, os da região sudeste do Brasil: CRB-6, de Minas Gerais e do Espírito Santo, CRB-7, do Rio de Janeiro e CRB-8, de São Paulo. Buscou-se identificar ações que abordassem questões de gênero e/ou de combate a violência contra a mulher. Justifica-se o recorte para os CRBs do sudeste brasileiro em função das limitações deste estudo, na medida em que este consiste em um primeiro exercício de comunicar os resultados de uma pesquisa que ainda está em andamento. Nesse sentido, providenciou-se, inicialmente, a busca nos órgãos de classe da região sudeste por esta ser a mais populosa do Brasil, não obstante consistir no principal polo econômico do país.

O levantamento dos dados levou em consideração as publicações feitas nas páginas de notícias e no Instagram dos Conselhos Regionais entre os anos de 2022 e 2024. O recorte se justifica em função do aumento da violência doméstica durante o período pandêmico (Carvalho, 2021; Vieira; Garcia; Maciel, 2020). Isso se deveu à necessidade de isolamento social que se deu em função do contágio pelo vírus que causa a Covid-19 em situações de aglomeração. Com muitas pessoas vivendo o dia-a-dia diretamente em suas residências, mulheres se viram tendo que conviver com os seus agressores o dia todo. O mesmo se dá no plano das pessoas LGBTQIAPN+ que precisaram se isolar e, muitas vezes, isso também se deu com aqueles que eram seus agressores, entre eles membros do núcleo familiar. Pois justamente pela identificação desse aumento de casos violência no ano de 2021, ano central do isolamento social, estabeleceu-se 2022 como ano inicial do recorte. Considerando-se os dados produzidos sobre violência no ano de 2021 e a sua publicização em 2022, acreditou-se que os CRBs pudessem ter realizado publicações sobre esses temas.

Os dados obtidos foram analisados por meio de análise de conteúdo de Bardin (2016), especificamente a análise categorial, que permite a delimitação de categorias a partir da forma de comunicação explorada. Conforme explicado pela autora (Bardin, 2016, p. 201), a análise categorial funciona por meio do desdobramento do texto em unidades e, nisso, a análise temática "[...] é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos [...] e simples [...]". Nota-se que o tipo de documento analisado, sendo texto ou iconografia, compõe esse âmbito do discurso direto. No plano de uma pesquisa descritiva, a técnica de análise de conteúdo permite uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo presente em uma comunicação - publicações em redes sociais ou em sítios eletrônicos, por exemplo.

Sobre essa técnica de coleta e análise de dados, Gomes (2016) acrescenta esclarecimentos ao original de Bardin (2016) aqui apropriados. No âmbito das unidades de registro e das unidades de contexto, nessa linha, esclarece-se que as unidades de contexto, isto é, o contexto das mensagens analisadas (Gomes, 2016), consistiram nesta pesquisa em datas que constituem marcos da luta de mulheres e de pessoas LGBTQIAPN+. Nesse sentido, diante do universo de publicações nos sítios eletrônicos e na rede social Instagram, os dias selecionados para localizar publicações foram:

a) 29 de janeiro: Dia da Visibilidade Trans;
b) 8 de março: Dia Internacional da Mulher;
c) 17 de maio: Dia Internacional contra a homofobia, a transfobia e a bifobia;

d) 28 de junho: Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+;
e) 10 de outubro: Dia Nacional de Luta contra a violência a mulher;
f) 20 de novembro: Dia Internacional da Memória Trans;
g) 25 de novembro: Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres.

Essas datas determinaram as unidades de contexto. Notadamente, esses dias evidenciaram um cenário no qual artigos ou postagens poderiam ser potencialmente publicados. Em relação às unidades de registro, Bardin (2016) e Gomes (2016) tratam das formas de proceder em relação à palavras, frases ou expressões.

> [...] essas unidades se referem aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem. Podemos utilizar a palavra como uma unidade, trabalhando com todas as palavras de um texto ou com apenas algumas que são destacadas de acordo com a finalidade de um estudo. A frase e a oração também são outros exemplos de unidade de registro. (Gomes, 2016, pp. 78-79).

Nesse sentido, por fim, indica-se que na execução desta pesquisa, as unidades de registro abrangeram palavras ou expressões (como violência, violência doméstica, violência contra a mulher, violência de gênero, entre outras), não obstante frases. Os resultados da coleta foram analisados à luz de inferências, procedimento também adotado nas análises de conteúdo categoriais. Explica-se, por fim, que, de acordo com Gomes (2016, p. 76), as inferências "[...] partem da descrição dos conteúdos explícitos da comunicação para se chegar a dimensões que vão para além da mensagem [...]". Isto é, "[...] através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado [...]" (Gomes, 2016, p. 76).

4 Resultados finais

Na análise dos sítios eletrônicos dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, o do CRB-8, de São Paulo, não possui páginas de notícias, apresentando apenas informações institucionais e profissionais sobre registro profissional, fiscalização, legislação, entre outras. No sítio do CRB-7, do estado do Rio de Janeiro, as últimas notícias publicadas são de 2022 e tratam das eleições gerais e do trabalho de articulação política junto aos candidatos. Acredita-se que, para além das questões usuais da profissão, é necessário que os mesmos mantenham também informações atualizadas, bem como divulguem em suas páginas o que a classe bibliotecária tem feito em suas instituições nas mais diversas esferas informacionais.

Já no sítio do CRB-6, de Minas Gerais e Espírito Santo, na página denominada comunicação, existe a seção *Saiu na Mídia*, que divulga notícias publicadas sobre a área nos meios de comunicação, os números da revista *CRB-6 Informa*, oportunidades de emprego e o blog. Neste, encontramos postagens diversas, como divulgação de eventos, oportunidades de empregos, vagas preenchidas e fiscalizações realizadas, para citar algumas. A página referente ao blog é atualizada regularmente, o que permitiu o levantamento dos dados. Em relação ao período pesquisado identificamos apenas duas publicações que se inserem na temática das questões de gênero: 1) em 2022, uma entrevista concedida por uma delegada regional do conselho sobre o reconhecimento da mulher na literatura; e 2) em 2024, uma entrevista sobre o direito de travestis e transexuais incluírem o nome social na carteira profissional do bibliotecário.

Cabe ressaltar que ainda não aconteça com a frequência que as temáticas exigem, tais entrevistas são uma forma de mediação da informação que pode alcançar o público que interage com, bem como fomentar o debate e ações concretas. Nesse sentido se faz necessária a mediação consciente da informação, pois para Fidelis e Gomes (2022) é por meio da tomada da consciência do papel social da mediação que é possível refletir sobre

as intencionalidades da sua ação de interferência, suas práticas e contextos.

Quanto aos perfis do Instagram, as publicações são semelhantes no que tange ao conteúdo, com postagens sobre eventos, oportunidades de emprego, dados sobre as fiscalizações, datas comemorativas, entre outras.

No âmbito das datas comemorativas (Quadro 1), nos três perfis foram encontradas publicações referentes ao Dia Internacional da Mulher (8 de março) e às datas relacionadas às pessoas LGBTQIAPN+, como o Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro), o Dia Internacional contra a homofobia, a transfobia e bifobia (17 de maio) e o Dia do Orgulho LGBTQIAPN+ (28 de junho). Em apenas um dos perfis dos Conselhos Regionais, do CRB-8, foram encontradas publicações em datas referentes ao combate à violência contra a mulher, o Dia Nacional de Luta contra a Violência contra a Mulher (10 de outubro) e o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (28 de novembro).

Quadro 1: Distribuição das postagens em datas comemorativas nos perfis do Instagram dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia

Datas comemorativas	CRB-6	CRB-7	CRB-8
Dia da Visibilidade Trans	x	*x*	x
Dia Internacional da Mulher	x	x	x
Dia Internacional contra a homofobia, a transfobia e bifobia	x		x
Dia do Orgulho LGBTQIAPN+	x	x	x
Dia Internacional da Memória Trans		x	
Dia Nacional de Luta contra a violência a mulher			x
Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres			x

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ainda sobre as datas comemorativas, identificamos que, no período analisado, apenas no Dia Internacional da Mulher houve publicação nos perfis de todos os conselhos regionais analisados.

Além das postagens apresentadas no Quadro 1, identificamos, no perfil do CRB-6, uma postagem sobre o concurso de projetos voltados para a igualdade e inclusão de gênero. No perfil do CRB-7 foi identificada uma divulgação de publicação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre diversidade e inclusão.

A partir dos dados expostos ressalta-se a relevância de cada vez mais ações voltadas a mediar informações sobre as questões de gênero e consequentemente as diversas formas de intolerância e violência, visto que, como argumentam Côrtes, Silva, Silva e Soares (2017), pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais têm os seus direitos humanos violados por diferentes preconceitos, discriminações e violências. Cabe destacar que para além das datas comemorativas, o debate e ações sobre as questões que abarcam a violência de gênero devem ser algo presente na rotina da atuação da pessoa bibliotecária.

5 Considerações finais

Neste estudo, buscou-se identificar ações dos conselhos regionais de Biblioteconomia no domínio de gênero, sobretudo voltadas ao enfrentamento à violência baseada no gênero, notadamente, violência contra a mulher e violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Para isso, discutiu-se, primeiramente, a responsabilidade social bibliotecária, considerando-a uma forma de compromisso ético-político da classe e do campo disciplinar para com a igualdade e o bem comum, não obstante um tipo de ação que objetiva a conscientização dos sujeitos sobre as questões críticas da sociedade. Em seguida, realizou-se uma busca nos sítios eletrônicos e na rede social Instagram dos CRBs de publicações sobre os temas da violência baseada no gênero. Por meio da análise de conteúdo temática, definiu-

se um conjunto de datas que simbolizam a luta de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ por direitos e igualdade como unidades de contexto. Buscou-se nestes dias publicações diversas, selecionadas e categorizadas a partir de palavras específicas e frases.

Essas ações foram consideradas práticas de mediação da informação. Nos termos em que foi possível caracterizá-las, consistem, evidentemente, em interferências diretas, conscientes, plurais e coletivas. Compõem um processo e um determinado equipamento informacional, qual seja, o próprio conselho profissional, órgão de classe biblioteconômica. Essas publicações almejam a apropriação da informação e têm como público, precisamente, o profissional de Biblioteconomia, que, acredita-se, é o principal usuário dos sítios eletrônicos e das redes sociais dos CRBs. Em que pese tal situação, o profissional de um campo como usuário dos ambientes digitais de um conselho de representação, a realização de publicações desse tipo pode auxiliar, nesses profissionais que atuam e/ou administram bibliotecas e outras unidades de informação, a construção de ideias para também desenvolverem ações de mediação em seus ambientes de trabalho. Trata-se da compreensão dessas publicações como um incentivo, isto é, um estímulo à criação de ações por mais bibliotecários que visem o enfrentamento à violência baseada no gênero. Ademais, como destacado, ações de mediação podem acarretar no desenvolvimento do protagonismo social. Nessa linha, é fundamental circunscrever a mediação a partir das dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política. O tecido social é marcado por situações de violência. Trata-se de um fenômeno crítico, o qual precisa ser combatido por todos os meios sociais, sem exceção. Nesse sentido, as dimensões ética, formativa e política fundamentam, sobremaneira, uma ação de mediação que visa o enfrentamento a tal mal. É ética porque mobiliza a responsabilidade social do bibliotecário e ressalta o seu compromisso ético e juramentado de tudo fazer para preservar a dignidade da pessoa humana. É formativa porque permite a apropriação e a consciência da informação pela categoria profissional sobre um fenômeno que talvez não seja o objeto imediato de sua preocupação. Ainda, pode inspirar os profissionais, em um ciclo, produzir outras ações de mediação para o enfrentamento da violência. É política porque, repita-se, toca em uma ferida aberta no tecido social. Conforme os dados apontados na Introdução, 30% das mulheres brasileiras relatam já ter sofrido violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Desse número, 76% sofreram violência física. Evidencia-se o horror das taxas de feminicídio: a cada seis horas, um caso é registrado. Ainda, o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. Uma ação de mediação que objetiva o enfrentamento a essa realidade - pela conscientização, pela reflexão e pela tentativa de diminuição de tais números - se enquadra, evidentemente, no domínio do político.

Ainda que a coleta de dados tenha identificado algumas notícias sobre as temáticas destacadas na proposta do trabalho, é preciso que os sítios oficiais e as redes sociais dos órgãos de classe da Biblioteconomia promovam de fato o debate a temas sensíveis e urgentes de modo efetivo. Essa promoção pode acontecer por meio de cursos, palestras, oficinas e outras atividades que promovam a reflexão crítica e o desenvolvimento de multiplicadores para a discussão de tais questões nos espaços das bibliotecas. Pela via da Biblioteconomia Social, retomando-se a consideração de que consiste em uma corrente de pensamento e em ação, e pela via da definição de mediação, essa atuação deve se dar de múltiplas formas e, de modo significativo, gerar conflitos e novas necessidades informacionais nos bibliotecários e, por extensão, nos leitores de bibliotecas. Importante destacar, precisamente, que essas ações não se esgotam nas atividades supracitadas e, ainda, como os dados sobre violência mudam a cada ano, que devem ser sempre atualizadas.

Essa discussão foi produzida a partir de dois recortes, quais sejam: 1) um temporal, de 2022 a 2024, tendo em vista certas datas que são marcos da luta por direitos de mulheres e da

comunidade LGBTQIAPN+; e 2) um geográfico, pois considera os conselhos da região sudeste do Brasil. Esses recortes indicam as limitações do estudo. Nesse sentido, como considerações para pesquisas futuras, espera-se realizar a análise dos conselhos de outras regiões do Brasil com o alargamento do recorte temporal. Além disso, pretende-se operar não somente com uma pesquisa documental, mas também com outros instrumentos de coleta de dados, tais como entrevistas, com os responsáveis pela veiculação de informações. É salutar considerar o papel que os órgãos de classe desempenham e o exemplo que produzem ao incentivarem, pela sua própria ação de representação e normatização da profissão, outros bibliotecários a realizarem ações como essa, com foco, notadamente, para a mediação da informação tendo em vista a sua potencialidade de promover a apropriação da informação para o enfrentamento da violência baseada no gênero.

6 Referências

Almeida Júnior, O. (2009). Mediação da informação e múltiplas linguagens. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 2(1), pp. 89-103. https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170/170

Almeida Júnior, O. (2015) Mediação da informação: um conceito atualizado. Em S. Bortolin; J. A. Santos Neto; R. J. Silva (Org.). Abecin.

American Library Association (2019). Core Values of Librarianship. https://www.ala.org/advocacy/advocacy/intfreedom/corevalues

Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo. Edições 70.

Cardoso, A. M. P. (1994). Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 23(2), pp. 107-114. https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/38274/29814

Carvalho, J. (2021, 13 dezembro). Violência contra a mulher cresceu na pandemia, indica pesquisa do DataSenado. https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2021/12/violencia-contra-a-mulher-cresceu-na-pandemia-indica-pesquisa-do-datasenado

Cavalcante, L. (2022). A violência contra a mulher sob o olhar da mediação cultural da informação: análise da exposição "Retratos relatos". Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 18(2), 1-19. https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1806/1363.

Cavalcante, L. (2023). Reflexões sobre bibliotecas e mediação cultural da informação no enfrentamento à violência contra as mulheres. Divulga-CI: Revista de divulgação científica em Ciência da Informação 1(10). https://www.divulgaci.labci.online/v-1-n-10-dez-2023/reflexoes-sobre-bibliotecas-e-mediacao-cultural-da-informacao-no-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-por-luciane-de-fatima-beckman-cavalcante/

Civallero, E. (2013). Aproximación a la bibliotecología progresista. El profesional de la información, 22 (2), 155-162. https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2013.mar.10/17822

Cortes, G. R., Alves, E.C., Silva, L.K.R. Da (2015). Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 18(2), 59-79. https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/351/351.

Cortes, G.R., Silva, L. F. da, Silva, L.K.R. da, Soares, G. S. (2017). Violência contra travestis e transexuais: a mediação da informação no espaço LGBT. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 10 (2). https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/429

Costa Júnior, J.F., Oliveira, C. C. de; Sousa, F. F. de, Santos, K. T. dos, Silva, M. I. da,

Gomes, N. C., Torres Júnior, J. H., Amorim, T. F. de. (2023). Os novos papéis do professor na educação contemporânea. Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, 6, 124-149. https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/99

Costella, R. Z. (2012). Escola: espaço de responsabilidade social. Revista Trajetória Multicursos, 3 (7), 77-90. http://www.facos.edu.br/publicacoes/revistas/trajetoria_multicursos/agosto_2012/pdf/escola_-_espaco_de_responsabilidade_social.pdf

Deslauriers, J. P.; Kérisit, M. (2014). O delineamento da pesquisa qualitativa. Em J. Poupart; J. P. Deslauriers; L. H. Groulx; A. Laperrière; R. Mayer; A. P. Pires. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. (4ª ed.). Vozes.

Fidelis, M.B.; Gomes, H.F. (2022). Mediação da informação e ação comunicativa Habermasiana. Logeion, 9(1), 91-111. https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6104/5631

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024). Anuário Brasileiro de Segurança pública. https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253.

Freire, P. (2017). Pedagogia do Oprimido. (63ª ed.). Paz & Terra.

Freire, P. (2018). Educação como prática da liberdade. (43ª ed.). Paz & Terra.

Girard, C. D. T., Fernandes, M. de S., Santana, S. R. de, Cruz, A. P. L. M., & Martins, E. E. (2023). Responsabilidade social da Biblioteconomia, das bibliotecas e dos(as) bibliotecários(as): pensando sobre a intersecção no contexto da pandemia e infodemia. Ciência Da Informação Em Revista, *10*(1/3), 1–20. https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/13927

Gomes, R. (2016). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em M. C. S. Minayo (Org.), Pesquisa social: teoria, método e criatividade (pp. 72-95). Vozes.

Gomes, H. F. (2019). Protagonismo social e mediação da informação. Logeion: Filosofia Da Informação, 5(2), 10-21. https://doi.org/10.21728/logeion.2019v5n2.p10-21

Gomes, H. F. (2020). Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. Informação e Sociedade, 30 (4), 1-23. https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047/32516

Gomes, H. F. (2021). Dimensão ética da mediação da informação: eixo articulador das demais dimensões o desafio do intelectual orgânico em favor do protagonismo social. The International Review of Information Ethics, 30 (1), 1-14. https://informationethics.ca/index.php/irie/article/view/393/425

Gomes, H. F. (2022). Mediação da informação, perspectiva dos comuns e protagonismo social. Revista Edicic, 2 (1), 1-14. https://ojs.edicic.org/revistaedicic/article/view/186/113

Gomes, H. F. (2023). O comum, a mediação da informação e o protagonismo social: interdependências para um mundo de preservação, igualdade e fraternidade. Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 9 (2), 226-241. https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/982/821

Instituto de Pesquisa DataSenado (2023). Pesquisa Nacional de violência contra a mulher. https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023.

Lindemann, C.; Spudeit, D.; Côrrea, E.C.D (2016) Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 21(3), 707-723. https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211/pdf.

Milani, S. O., Tognoli, N. B., & Moraes, M. B. de. (2024). Estudos sobre Responsabilidade Social, Justica Social e

Ética em Arquivos e Bibliotecas. Tendências Da Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação, 16. https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/607

Minayo, M. C. S. (2016). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), Pesquisa social: teoria, método e criatividade (pp. 9-28). Vozes.

Moraes, M. B. De (2021). Responsabilidade social em biblioteconomia: caminhos históricos e possibilidades no ensino. Informação e Informação, 26 (1), 112-135. https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39927/pdf

Mostafa, S.P (1985). Epistemologia da Biblioteconomia. [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Mott, L; Domingos, M.; Reis, T. (2023). Observatório 2023 de mortes violentas de LGBT+ no Brasil. Grupo Gay da Bahia. https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf.

Nações Unidas Brasil (2025?a). Igualdade de gênero. https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5

Nações Unidas Brasil (2025?b). Paz, justiça e instituições eficazes. https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16

Oliveira, M. M. (2016). Como fazer pesquisa qualitativa. (7ª ed.). Vozes.

Resolução CFB nº 6, de 13 de julho de 1966. Dispõe sobre o juramento profissional do Bibliotecário. Conselho Federal de Biblioteconomia (Brasil). https://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/64

Resolução CFB nº 207, de 7 de novembro de 2018. Aprova o Código de Ética e Deontologia do bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades. Conselho Federal de Biblioteconomia (Brasil). https://crb6.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf

Santos, R. N. R. dos, Targino, M. das G., Freire, I. M. (2017). A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. Rebecin, 4(1), 114-135. https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/57

Santos, M, Macedo, E. (2022). Da responsabilidade ética do responder para que serve a escola. Educar em Revista, 38. http://educa.fcc.org.br/pdf/er/v38/1984-0411-educar-38-e85999.pdf

Silva, J. L. C. (2018). Perspectivas sociais em Biblioteconomia: percepções e aplicações. Em D. Spudeit, M. de Moraes (Org.), Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o século XXI. (pp. 25-47). Abecin. https://marielledemoraes.com.br/wp-content/uploads/2022/04/216-Texto-do-artigo-993-1-10-20200905.pdf

Severino, F. E. S. (Org.). (2011). Ética e formação de professores: política, responsabilidade e autoridade em questão. Cortez.

Targino, M. das G; Santana, S. R. de; Garcia, J. C. R.; Souza, E. D. de. (2019) Do sujeito empático ao sujeito informacional: relações epistemológicas acerca da responsabilidade social na Ciência da Informação. Revista FSA, 16 (3), 265-282. http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1807

Vieira, P. R., Garcia, L. P., Maciel, E. L. N. (2020). Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? Revista Brasileira de Epidemiologia, 23, p. https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tqcyvQhqQyjtQM3hXRywsTn/